

**INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO
PETRÁGLIA**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes*

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 3
Balancos patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações de resultado - CEBAS Educação Cobrança Mensalidade	7 – 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11 - 23

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA
Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021.



FUNDAÇÃO
INFACAPE

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

ATIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		22.535	74.690
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		-	-
Aplicações financeiras – sem restrição	03	3.299	845.085
Aplicações financeiras – com restrição		90.191	19.339
Contas a receber – líquido de provisão		7.310	6.991
Anuidades a receber – líquido de provisão	04	233.422	27.378
Estoques		115.477	66.465
Outros ativos circulantes		-	24.211
Total ativo circulante		472.234	1.064.159
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		36.730	36.730
Títulos a receber - judicial	05	74.369	66.567
Provisão estimativa para créditos liquidação duvidosa	05	(74.369)	-
Investimentos em Ações		6.594	6.594
Bens destinados a renda	06	23.632.247	23.632.247
Imobilizado com restrição	07	135.099	156.933
Imobilizado sem restrição	07	6.628.678	6.967.873
Total ativo não circulante		30.439.348	30.866.944
TOTAL DO ATIVO		30.911.582	31.931.103

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



FUNDAÇÃO
INFACAPE

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores		69.884	851.691
Obrigações sociais e fiscais	08	134.287	120.254
Provisão de férias e encargos		139.889	120.618
Empréstimos e Financiamentos	10	97.591	-
Subvenções Governamentais relacionadas a ativos	09	-	20.289
Receitas antecipadas		17.145	14.012
Outros passivos circulantes		6.857	5.842
Total passivo circulante		<u>465.653</u>	<u>1.132.706</u>
NÃO CIRCULANTE			
Subvenções Governamentais relacionadas a ativos	09	112.220	87.701
Total passivo não circulante		<u>112.220</u>	<u>87.701</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		30.333.709	30.710.696
Total do patrimônio líquido		<u>30.333.709</u>	<u>30.710.696</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>30.911.582</u>	<u>31.931.103</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e de 2019

Em Reais

RECEITAS	Nota	2020	2019
Aluguéis		1.315.319	1.166.723
Subvenções e auxílios específicos	11	891.015	839.888
Doações		66.638	131.357
Receita de serviços - fazenda		37.474	210.016
Receitas mensalidades escolares - colégio		567.284	429.252
Receitas mensalidades bolsistas		1.431.028	1.335.502
Receita serviços - colégio	12	347.045	130.873
Financeiras		7.676	80.096
Trabalho voluntário	23	101.897	107.435
Outras receitas		4.256	4.087
Total da receita		<u>4.769.632</u>	<u>4.435.229</u>
(-) Bolsas 100%		<u>(1.431.028)</u>	<u>(1.335.502)</u>
Total das Bolsas		<u>(1.431.028)</u>	<u>(1.335.502)</u>
Total da receita líquida		<u>3.338.604</u>	<u>3.099.727</u>
Aplicação das Gratuidades	21	(1.102.892)	(1.456.773)
Depreciação		(837.420)	(578.982)
Atividades Colégio	13	(932.753)	(712.476)
Administrativas e gerais	14	(666.469)	(218.623)
Tributárias		(10.837)	(9.346)
Trabalho voluntário	23	(101.897)	(107.435)
Financeiras	15	(63.323)	(8.133)
Total das despesas		<u>(3.715.591)</u>	<u>(3.091.768)</u>
Superávit/(déficit) do exercício		<u>(376.987)</u>	<u>7.959</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

**Demonstrações do Resultado – CEBAS Educação Cobrança Mensalidade
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita Bruta de Educação	3.738.894	2.232.084
Mensalidades Alunos Pagantes	1.960.821	765.709
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos	1.431.028	1.335.502
Receitas de Serviços	347.045	130.873
(-) Deduções da Receita Bruta de Educação	(2.824.565)	(1.671.959)
Bolsas de Estudos Concedidas	(1.431.028)	(1.335.502)
Descontos Concedidos	(1.393.537)	(336.457)
Devolução de Mensalidades/Anuidades	-	-
(+) Outras Receitas	776.443	810.234
Convênios	712.601	673.850
Subvenções	4.875	5.027
Doações	58.967	131.357
(+) Receita Bruta de Saúde	-	-
(-) Deduções da Receita Bruta de Saúde	-	-
(+) Outras Receitas	-	-
Convênios	-	-
Subvenções	-	-
Doações	-	-
(+) Receita Bruta de Assistência Social	181.210	161.011
(-) Deduções de Receita Bruta de Assistência Social	-	-
(+) Outras Receitas	181.210	161.011
Convênios	135.858	146.586
Subvenções	37.681	14.425
Doações	7.671	-
(=) RECEITA LÍQUIDA	1.871.982	1.531.370

Nota:

Na conta **“Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos”** foram registrados os valores das mensalidades como se recebidas fossem. Todas as bolsas ofertadas foram 100% (Cem por cento) e em turno integral. Na conta **“Bolsa de Estudos Concedidas”** foram contabilizadas todas as deduções referentes à concessão de bolsas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

**Demonstrações do Resultado – CEBAS Educação Cobrança Mensalidade
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

	2020	2019
(-) Custo do Serviço Educacional	(1.752.445)	(1.236.503)
Despesas com Pessoal	(1.752.445)	(1.236.503)
Material Didático	-	-
Alimentação	-	-
Transporte	-	-
Uniforme	-	-
Moradia	-	-
Projetos e Atividades – Educação Básica em Tempo	-	-
(-) Custo do Serviço de Saúde	-	-
Assistência Hospitalar Gratuita	-	-
(-) Custo do Serviço de Assistência Social	(121.126)	(192.321)
Assistência Social Gratuita	(121.126)	(192.321)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(1.589)	102.546
(-) Despesas Operacionais	(1.514.726)	(806.951)
Despesas Administrativas	(666.469)	(218.623)
Despesas com Depreciação/Amortização	(837.420)	(578.982)
Outras Despesas	(10.837)	(9.346)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	(55.647)	71.963
Receitas Financeiras	7.676	80.096
Despesas Financeiras	(63.323)	(8.133)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	1.241.447	761.019
Receita serviços - fazenda	37.474	210.016
Receita aluguel	1.315.319	1.166.723
Outras Receitas	4.256	4.087
Voluntariado	101.897	107.435
Voluntariado	(101.897)	(107.435)
Outras Despesas (Diversos)	(115.602)	(619.807)
(+/-) PROVISÕES	(46.472)	(120.618)
(+/-) ISENÇÕES USUFRUÍDAS	-	-
Renúncia Fiscal Obtida	442.274	402.127
Renúncia Fiscal	(442.274)	(402.127)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(376.987)	7.959

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

	<u>Patrimônio</u> <u>Social</u>	<u>Reserva</u> <u>de</u> <u>Reavaliação</u>	<u>Superávit/</u> <u>(Déficit)</u> <u>Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.334.244	23.325.998	42.495	30.702.737
Realização da reserva de reavaliação	-	(235.770)	-	(235.770)
Transferência para patrimônio social	235.770	-	-	235.770
Superávit do exercício	-	-	7.959	7.959
Transferência para patrimônio social	42.495	-	(42.495)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.612.509	23.090.228	7.959	30.710.696
Transferência para patrimônio social	7.959	-	(7.959)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(230.902)	230.902	-
Transferência para patrimônio social	230.902	-	(230.902)	-
Superávit/(déficit) do exercício	-	-	(376.987)	(376.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.851.370	22.859.326	(376.987)	30.333.709

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstração de Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	(376.987)	7.959
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	837.420	578.982
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	-	(603.120)
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	770.934	703.771
Contas a receber	(206.363)	(25.084)
Outros ativos	41.766	21.709
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(781.807)	(1.054.790)
Obrigações sociais e fiscais	14.033	117.315
Provisão de férias	19.271	60.641
Outros passivos	4.148	46.618
Receita diferida	4.233	(19.452)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	<u>326.648</u>	<u>(165.451)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado	(476.394)	(413.520)
Investimento	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>(476.394)</u>	<u>(413.520)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	99.047	-
Recebimentos de Indenização por Desapropriação	-	602.535
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.456)	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	<u>97.591</u>	<u>602.535</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(52.155)	23.564
Caixa e equivalentes no início do período	74.690	51.126
Caixa e equivalentes no fim do período	22.535	74.690
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(52.155)	23.564

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**FUNDAÇÃO
INFACAPE®**

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**, criada por prazo indeterminado, através de testamento, pelo Dr. Antônio Manoel Monteiro Petráglio, entidade de fins filantrópicos, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Franca, Estado de São Paulo, se destina a proteção e amparo de menores carentes de Franca.

Renovação do Certificado protocolado sob nº 71000.0660445/2016-61, DEFERIDO conforme portaria 354/2018, item 27, de 19.12.2018, publicada no D.O.U de 21.12.2018, com validade de 12.08.2016 a 11.08.2019.

De acordo com o Parágrafo 1º do artigo 24, da Lei 12.101/2009, “O requerimento de renovação da certificação deverá ser protocolado com antecedência mínima de 6 (seis) meses do termo final de sua validade”. No início de 2019 em razão da inoperância do sistema de protocolo para Renovação do Certificado foi enviado através de AR – Correios para o seguinte endereço:

Objeto nº 90050794325 BR

Data: 23/04/2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Esplanada dos Ministérios – Bloco L – Térreo – Protocolo Geral

CEP – 70047-900

Brasília – DF

Face a dificuldade de acompanhamento do processo e ao início da Pandemia Covid, fizemos novo protocolo do pedido de Renovação pelo Sistema de Protocolo Geral da “Plataforma Gov.BR” em 28/07/2020. Não houve qualquer movimentação no processo desde o protocolo.

2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.



b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores do contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 07.



Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2020.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Receitas Antecipadas

Refere-se a recebimentos antecipados de contratos de serviços educacionais que serão prestados durante o exercício de 2021.

h) Gratuidades

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

i) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

j) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.



3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO

	2020	2019
Certificado de Depósitos Bancários	3.299	845.085
Total	3.299	845.085

O Estatuto da Entidade estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a Diretoria irá utilizar integralmente o saldo acumulado da conta superávit do exercício e dos valores registrados em “aplicações financeiras” na consecução do respectivo objeto social, ou seja, serão utilizados em construções, reformas, benfeitorias, aquisição de bens do ativo imobilizado e na atividade fim.

4. ANUIDADES A RECEBER

	2020	2019
Mensalidades exercício de 2020	183.021	-
Mensalidades exercício de 2019	50.401	50.401
Total	233.422	50.401
Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(23.023)
Total líquido	233.422	27.378

5. TÍTULOS A RECEBER - JUDICIAL

	2020	2019
Anuidades a receber - judicial	22.212	14.410
Alugueis a receber – judicial	52.157	52.157
Total	74.369	65.567
Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(74.369)	-
Total líquido	-	65.567

6. BENS DESTINADOS A RENDA

	2020	2019
Terrenos	5.210.833	5.210.833
Terrenos c/ Edificações	4.860.417	4.860.417
Lotes Urbanos	10.772.793	10.772.793
Imóvel Rural / Terreno Rural	2.767.227	2.767.227
Terrenos – Saldanha Marinho	20.977	20.977
Total	23.632.247	23.632.247



7. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2019</u>				<u>31.12.2020</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<u>Custo</u>						
Edificações	4	2.481.017	-	-	-	2.481.017
Imóveis rua comercio, 1373	4	429.600	-	-	-	429.600
Imóvel rua monsenhor rosa, 1459	4	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Imóvel rua monsenhor rosa, 1477	4	2.700.000	-	-	-	2.700.000
Imóvel rua carlos vilhena, 3599	4	255.300	-	-	-	255.300
Benfeitorias	4	356.984	-	-	-	356.984
Máquinas, equip. e instalações	10	146.878	2.114	-	-	148.992
Móveis e utensílios	10	339.217	92.060	-	-	431.277
Veículos	20	30.169	-	-	-	30.169
Computadores e periféricos	20	88.310	271	-	-	88.581
Equipamento áudio, vídeo e foto	10	35.899	599	-	-	36.498
Instrumentos musicais	10	1.695	-	-	-	1.695
Equipamentos de segurança	10	44.319	-	-	-	44.319
Construção e reforma prédios	10	1.372.239	381.351	-	-	1.753.590
Equipamento Informát c/restrrição	10	48.502	-	-	-	48.502
Máquinas equipamentos c/restrrição	10	23.940	-	-	-	23.940
Móveis e utensílios c/restrrição	10	29.037	-	-	-	29.037
Equip.áudio, vídeo, foto c/restrrição	10	1.842	-	-	-	1.842
Veículos c/restrrição	20	30.000	-	-	-	30.000
Livros p/ Biblioteca c/restrrição	-	22.878	-	-	-	22.878
Terrenos c/edificação c/restrrição	2,5	125.666	-	-	-	125.666
Total		9.563.492	476.395	-	-	10.039.887
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(1.498.343)	(522.337)	-	-	(2.020.680)
Imóveis rua comercio, 1373		(32.222)	(30.785)	-	-	(63.007)
Imóvel rua monsenhor rosa, 1459		(42.611)	(44.055)	-	-	(86.666)
Imóvel rua monsenhor rosa, 1477		(115.049)	(118.950)	-	-	(233.999)
Imóvel rua carlos vilhena, 3599		(2.553)	(10.213)	-	-	(12.766)
Benfeitorias		(146.089)	(55.193)	-	-	(201.282)
Máquinas, equip. e instalações		(118.767)	(1.495)	-	-	(120.262)
Móveis e utensílios		(202.669)	(21.669)	-	-	(224.338)
Veículos		(30.168)	-	-	-	(30.168)
Equipamentos de segurança		(18.311)	(7.353)	-	-	(25.664)
Instrumentos musicais		(1.313)	(93)	-	-	(1.406)
Equipamentos áudio / vídeo		(26.627)	(705)	-	-	(27.332)
Computadores e periféricos		(79.029)	(2.740)	-	-	(81.769)
Equip Informática c/restrrição		(29.303)	(9.430)	-	-	(38.733)
Máquinas equip c/restrrição		(17.332)	(3.016)	-	-	(20.348)
Móveis e utens c/restrrição		(12.838)	(4.173)	-	-	(17.011)
Veículos c/restrrição		(30.000)	-	-	-	(30.000)
Terrenos c/edif c/restrrição		(35.186)	(5.027)	-	-	(40.213)
Equip. áudio, vídeo, foto c/restrrição		(276)	(190)	-	-	(466)
Total		(2.438.686)	(837.424)	-	-	(3.276.106)
Total		7.124.806	(361.029)	-	-	6.763.777



FUNDAÇÃO INFACAPE®

A entidade contratou a empresa SBA – Sociedade Brasileira de Avaliadores S/C Ltda para proceder reavaliação de seu ativo imobilizado, a qual emitiu laudo em agosto de 2006, conforme deliberação da lei n.º 6.404/76, no parágrafo 3º combinado com o disposto nos incisos II e IV do parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 6.385/76. O saldo da reserva de reavaliação da Entidade será mantido até a sua realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda. A possibilidade de reavaliação espontânea de bens a partir de 2008 foi eliminada com as alterações introduzidas na legislação societária brasileira.

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2020	2019
Salários a pagar	97.238	91.581
INSS a recolher	15.464	13.400
FGTS a recolher	16.373	13.595
IRRF a recolher	5.124	1.559
Contribuição confederativa/assistencial	88	119
Total	134.287	120.254

9. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2020	2019
Passivo Circulante	-	20.289
Passivo Não Circulante	112.220	87.701
Total	112.220	107.990

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Instituição contraiu empréstimo bancário, aproveitando-se de recursos disponibilizados pelo BNDES através de linha de crédito especial ofertada através do Banco Santander S/A. Os recursos foram utilizados exclusivamente para pagamento de salários de colaboradores durante o período de Pandemia e foram amparados legalmente pela MP nº 944/2020.

11. SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS ESPECÍFICOS

	2020	2019
Convênio Municipal SME Lei 7.977/13	712.601	673.850
Convenio Municipal SEDAS Lei 8.332/15	135.858	146.586
Convenio Municipal Medida Parlamentar 69/17 - Informática	2.189	2.068
Auxílio SEDAS Convênio 27/2018 – imobilizado	185	184
Auxílio Estadual SEDHAS Convênio 554/12 – imobilizado	31.742	11.022
Auxílio Municipal SME Lei 7.623/11 – imobilizado	4.875	5.027
Auxílio SEDAS Convênio 154/16 – imobilizado	3.565	1.151
Total	891.015	839.888



12. RECEITAS SERVIÇOS - COLÉGIO

	2020	2019
Alimentação escolar	310.322	118.297
Apostila escolar	27.677	-
Uniforme escolar	9.046	12.576
Total	347.045	130.873

13. ATIVIDADES COLÉGIO

	2020	2019
Despesas c/ pessoal	817.152	527.422
Despesas administrativas	61.261	51.929
Despesas c/ serviços	54.340	133.125
Total	932.753	712.476

14. ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2020	2019
Despesas c/ pessoal Administração	146.466	143.157
Despesas c/ pessoal Fazenda	70.208	-
Despesas c/ pessoal Manutenção e Obras	127.572	-
Despesas administrativas Administração	88.354	34.210
Despesas administrativas Fazenda	31.822	-
Despesas c/ serviços Administração	161.317	41.256
Despesas c/ serviços Fazenda	40.730	-
Total	666.469	218.623

15. FINANCEIRAS

	2020	2019
Despesas bancárias	17.851	8.133
Despesas c/ perdas em recebíveis	45.472	-
Total	63.323	8.133



16. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre folha de pagamento, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

17. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2020 e de 2019, correspondem aos montantes de R\$ 442.275 e de R\$402.127, respectivamente.

18. CONTINGÊNCIAS

A Entidade está sujeita à contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica.

19. IMUNIDADE COFINS

Atualmente há discussão jurídica se COFINS é devida ou não para as entidades sem fins lucrativos e filantrópicos. Por tratar-se de assunto que poderá ser regulamentado, a Administração optou em não constituir provisão.

20. DECISÃO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS

A entidade está recolhendo através de depósito judicial os valores decorrentes de PIS sobre folha de pagamento com base em Decisão Judicial mediante o processo nº 0003573-35.2011.403.6113. Dessa forma, a Administração optou em não constituir provisão.

21. APLICAÇÃO DAS GRATUIDADES

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 8.242/14 a Entidade efetuou os seguintes procedimentos em gratuidades:

Exercício de 2020 - Valores demonstrados em Reais – R\$

<u>Área</u>	<u>Gratuidades</u>	<u>Receitas</u>	<u>Receitas</u>	<u>Total</u>	<u>Quantidade</u>
	<u>Realizadas</u>	<u>Públicas de</u>	<u>Próprias</u>	<u>Despesas</u>	<u>De atendidos</u>
		<u>Custeio</u>			
Educação	981.766	(712.601)	(269.165)	981.766	131
Assistência Social	121.126	(135.858)	14.732	121.126	50
Total	1.102.892	(848.459)	(254.433)	1.102.892	181



Exercício de 2019 - Valores demonstrados em Reais – R\$

Área	Gratuidades	Receitas	Receitas	Total	Quantidade
	Realizadas	Públicas de Custeio	Próprias	Despesas	De atendidos
Educação	1.264.451	(673.850)	(590.601)	1.264.451	131
Assistência Social	192.322	(146.586)	(45.736)	192.322	50
Total	1.456.773	(820.436)	(636.337)	1.456.773	181

Os valores referentes as receitas de subvenções e auxílios públicos e as receitas próprias da entidade, foram 100% aplicadas em gratuidades, conforme demonstrado acima.

22. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos Recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

EXERCÍCIO			2020		2019	
Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$
Projeto de Acesso à Informação. Emenda Parlamentar nº 69/2017. Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS	Emenda Parlamentar nº 69/2017. "3213 – Subvenções e Auxílios – Recurso Fundo Municipal da Criança". Projeto de Acesso à Informação. Aquisição de Equipamentos de Informática e Materiais.	O projeto tem por objetivo a aquisição de equipamentos e materiais, aprimorar a capacidade informacional e comunicação física e virtual dos serviços socioassistenciais executados pela Entidade.	2.189	2.189	2.068	2.068
Auxílio Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS (Termo de Convênio 210/2018)	Aquisição de Áudio, Vídeo e Foto para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.	185	185	184	184
Auxílio Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS (Convênio 554/12)	Aquisição de equipamentos diversos para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.	31.742	31.742	11.022	11.022
Convênio Secretaria Municipal de Ação Social - Sedas (Convênio 154/16)	Aquisição de equipamentos diversos para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais	3.565	3.565	1.151	1.151
Auxílio Secretaria Municipal de Educação – SME (Lei 7.623/11)	Obras de reforma, ampliação, acessibilidade e sistema de combate a incêndio nas dependências físicas da Infacape.	Adequação do espaço físico da Instituição, para atendimento das crianças beneficiárias, conforme determina a legislação aplicável.	4.875	4.875	5.027	5.027
Total			42.556	42.556	19.452	19.452



**FUNDAÇÃO
INFACAPE®**

23. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2020 e de 2019 a Entidade apurou um custo de R\$ 101.897 e de R\$ 107.435, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

24. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade contratou seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas com incêndio, danos elétricos, roubo de bens, etc.

A Entidade contratou também seguros de Responsabilidade Civil Administradores e Responsabilidade Civil Ambiental por Danos Causados ao Meio Ambiente e a Terceiros.



26. DEMONSTRAÇÃO DA GRATUIDADE

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações decreto n.º 8.242/14 a Entidade está demonstrando abaixo quadro de gratuidades:

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017		
		Educação Básica
Total de alunos matriculados (a)		318
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	114
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	114
Outras bolsas integrais (b)		17
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	301
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	0
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	160
Outras bolsas parciais		0
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 567.284,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	318
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 1.783,91
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		53
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido



FUNDAÇÃO
INFACAPE

27. EFEITOS DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Instituição ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos da pandemia do COVID-19, em especial ao mercado brasileiro.

Em meados de março deste ano, iniciando-se as restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Instituição apresentou significativas mudanças.

A Instituição vem recorrentemente sensibilizando seus colaboradores das medidas de enfrentamento ao COVID19 e adotando todos os protocolos para minimizar os impactos. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e assegurando que não houvesse impacto no nosso desempenho operacional.

Os valores patrimoniais e de resultados apresentados neste relatório devem ser analisados considerando os efeitos destas reduções de atividades citadas. As principais fontes de recursos da Instituição são aluguel de imóveis e anuidades escolares. As duas principais fontes de receitas foram fortemente afetadas pela Pandemia. Em diversos momentos do ano nossos inquilinos foram afetados por limitação na operação de seus negócios e conseqüentemente procuraram-nos para negociar redução nos valores contratuais.

Da mesma forma o Colégio foi fortemente afetado, visto que as autoridades proibiram aulas presenciais, trazendo ao convívio escolar diversas novidades no tocante a edição de aulas à distância e em vídeo e também “on-line”.

O Choque da Pandemia num primeiro momento trouxe um grau de incerteza muito grande com relação ao futuro. As famílias ficaram muito preocupadas com o futuro financeiro e inicialmente era bastante frequente a iniciativa de rescisão de contrato.

Com o investimento em tecnologia e o início das aulas “on-line” houve um abrandamento neste sentimento de preocupação.

Entretanto, financeiramente o Colégio não deixou de ser afetado visto que para manutenção dos alunos foi necessário políticas de descontos lineares. No caso dos nossos alunos do Maternal I e II (idade de 2 e 3 anos) os descontos foram de 100% (Cem por cento), dada a impossibilidade de qualquer atividade à distância.

Finalmente, avaliamos que no geral as medidas adotadas pela administração, mostraram-se adequadas, tivemos uma perda de contratos na ordem de 12% (Doze por cento).

Considerações acerca da Pandemia COVID-19 nas relações com Colaboradores

Diante do impacto provocado pela não possibilidade de prestação dos serviços de forma presencial, e ciente da gravidade da situação, a Administração da Instituição tomou todas as medidas preventivas em relação ao quadro de empregados. Os colaboradores que faziam parte do grupo de risco, foram imediatamente preservados.

Assim que o Governo editou medidas de auxílio ao setor produtivo, algumas foram imediatamente adotadas pela Administração da Instituição. Implementamos a suspensão de contratos de trabalho, jornadas de trabalho em “home office” e criamos o banco de horas para alguns casos.



FUNDAÇÃO
INFACAPE®

Atuamos de forma tempestiva e proativa e executamos medidas para esclarecer e informar, de maneira transparente e permanente, nosso quadro de empregados, assim conseguimos encerrar o exercício sem registrar qualquer incidente ou fato que afetasse os compromissos da Instituição.